
Recebido: 24-03-2026 | Aprovado: 20-05-2026 | DOI: <https://doi.org/10.23882/rmd.26327>

Estudos Africanos em Portugal: Trajetórias Históricas, Linhagens do Conhecimento e Agendas Acadêmicas Contemporâneas

African Studies in Portugal: Historical Trajectories, Knowledge
Lineages, and Contemporary Scholarly Agendas

Amelie Lu,

Universidade do Porto, Portugal
(amelie.lu@163.com)

Resumo:

O presente estudo oferece uma análise abrangente do campo dos estudos africanos em Portugal, abordando sua evolução histórica, principais instituições, investigadores representativos, metodologias e produção de conhecimento, bem como as relações internacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALOP). A pesquisa evidencia a centralidade da língua portuguesa, a forte orientação histórica, a interdisciplinaridade e a reflexão pós-colonial como características centrais do campo. Destacam-se contribuições de académicos como Boaventura de Sousa Santos e José da Silva Horta, que consolidaram abordagens críticas e inovadoras em sociologia, antropologia e história. As instituições portuguesas, incluindo o ICS Lisboa, ISCTE e universidades com programas de *African Studies*, desempenham papel crucial na formação de investigadores, promoção de redes académicas e circulação internacional de conhecimento. Além disso, as trocas académicas com PALOP e redes de colaboração em conferências, projetos transnacionais e publicações científicas fortalecem o campo e ampliam sua visibilidade global. O estudo também analisa o papel das organizações internacionais, como CPLP, União Europeia e ONU, no fortalecimento da cooperação multilateral e na articulação de políticas e práticas culturais, económicas e sociais entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa. A pesquisa conclui que os estudos africanos em Portugal combinam tradição intelectual e inovação metodológica, produzindo conhecimento crítico e contextualizado, com relevância académica e social tanto nacional quanto internacional.

Palavras-chave: Estudos Africanos, PALOP, Portugal, Pós-colonialismo, Interdisciplinaridade, Cooperação Internacional

Abstract:

This study offers a comprehensive analysis of the field of African studies in Portugal, addressing its historical evolution, key institutions, leading researchers, methodologies, and knowledge production, as well as the international relations of Portuguese-speaking African countries (PALOP). The research highlights the centrality of the Portuguese language, a strong historical orientation, interdisciplinarity, and postcolonial reflection as key characteristics of the field. Notable contributions come from scholars such as Boaventura de Sousa Santos and José da Silva Horta, who have established critical and innovative approaches in sociology, anthropology, and history. Portuguese institutions, including ICS Lisboa, ISCTE, and universities with African Studies programs, play a crucial role in training researchers, promoting academic networks, and facilitating the international circulation of knowledge. Furthermore, academic exchanges with PALOP and collaborative networks in conferences, transnational projects, and scientific publications strengthen the field and expand its global visibility. The study also analyzes the role of international organizations, such as the CPLP, the European Union, and the UN, in strengthening multilateral cooperation and coordinating cultural, economic, and social policies and practices between Portugal and Portuguese-speaking African countries. The study concludes that African studies in Portugal combine intellectual tradition with methodological innovation, producing critical and context-specific knowledge that is academically and socially relevant both nationally and internationally.

Keywords: African Studies, PALOP, Portugal, Postcolonialism, Interdisciplinarity, International Cooperation.

Introdução

Os estudos africanos em Portugal constituem um campo académico com uma longa trajetória histórica, moldado por contextos sociais, políticos e culturais que remontam ao período colonial e que se desenvolveram nos pós-independência das ex-colónias africanas de língua portuguesa. Este campo combina abordagens interdisciplinares que incluem ciências sociais, história, antropologia e outras disciplinas para compreender as sociedades africanas e as formas como estas têm sido estudadas em Portugal ao longo dos últimos séculos.

Uma das marcas institucionais mais importantes dos estudos africanos em Portugal é a revista *Cadernos de Estudos Africanos*, publicada pelo Centro de Estudos Internacionais do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa desde 2001. Esta revista tem sido um espaço central para pesquisas académicas sobre África subsaariana, acolhendo contribuições de diferentes abordagens metodológicas e

temáticas e integrando debates críticos sobre temas sociais, políticos e económicos no continente africano (Cadernos de Estudos Africanos, 2001).

No início do século XX, a investigação sobre África em Portugal estava fortemente associada a práticas etnográficas e geográficas com fins administrativos durante o período colonial. Embora nem sempre sistematizada como “estudos africanos” enquanto disciplina formal, a produção de conhecimento sobre as sociedades africanas fazia parte de um esforço intelectual ligado às administrações coloniais, que procuravam compreender os sistemas sociais e as práticas culturais como parte do exercício do poder. Há estudos que analisam, por exemplo, o pensamento colonial português sobre o acesso à terra e propriedade em Moçambique, que refletem debates emergentes no pensamento colonial europeu sobre a organização sociopolítica do continente africano (Direito, 2015).

Com a Revolução dos Cravos em 1974 e a subsequente descolonização, ocorreu uma mudança de paradigma nos estudos africanos em Portugal. O campo passou a integrar perspectivas críticas sobre o colonialismo e as suas consequências, incorporando olhares pós-coloniais e interdisciplinaridade nas análises. Nesta fase, a reflexão académica sobre África deixou de ser apenas um suporte administrativo para se tornar objeto de investigação autónoma, envolvendo temas como desenvolvimento, relações políticas e mudanças sociais. O envolvimento institucional de centros de investigação e associações académicas em Portugal, como a Secção de Estudos Africanos da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), demonstrou o crescimento e a formalização deste campo de estudo num contexto pós-colonial e académico mais amplo (Associação Portuguesa de Ciência Política, s.d.).

A institucionalização dos estudos africanos também se manifesta em programas de formação superior, como o Mestrado em Estudos Africanos no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, um dos cursos mais antigos e reconhecidos na Europa e na comunidade lusófona. Este programa académico contribui para a formação de investigadores capazes de trabalhar com diversas metodologias e perspectivas sobre África e suas diásporas, ampliando a produção científica e a circulação de conhecimento especializado (ISCTE, s.d.).

Um dos traços distintivos dos estudos africanos em Portugal é a sua natureza interdisciplinar. As publicações da *Cadernos de Estudos Africanos* exemplificam essa diversidade, abordando questões políticas, económicas e sociais, bem como perspetivas culturais e linguísticas, através de contribuições que cruzam ciência política, antropologia, sociologia e história (Cadernos de Estudos Africanos, 2017).

A produção académica em Portugal também beneficiou da presença de centros de investigação como o Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE), que integra bibliotecas especializadas e coleções como a Biblioteca Central de Estudos Africanos, com milhares de volumes dedicados ao continente africano e às suas sociedades. Esta infraestrutura permite a circulação de conhecimento e materiais de pesquisa que sustentam o desenvolvimento científico nesta área (CEI-ISCTE, s.d.).

Entre os investigadores associados aos estudos africanos em Portugal, incluem-se antropólogos, historiadores e teóricos sociais que exploram desde questões estruturais até problemáticas culturais e de identidade. Um exemplo notável de influência teórica portuguesa, embora não exclusivamente um estudioso de África, é Boaventura de Sousa Santos, cuja obra sobre epistemologias do Sul e crítica das epistemologias coloniais tem impacto significativo em debates pós-coloniais e na compreensão crítica das formas de produção de conhecimento sobre África e outras regiões (Santos, 2001; Santos & Meneses, 2010).

Este artigo propõe-se apresentar uma visão geral e sistemática dos estudos africanos em Portugal, explorando a evolução histórica do campo, as suas principais instituições, abordagens metodológicas e temas de pesquisa relevantes. Ao fazê-lo, pretende-se oferecer uma referência sólida para leitores que não estão familiarizados com a literatura académica em língua portuguesa e demonstrar a diversidade e profundidade desta tradição de investigação.

1. Evolução histórica

A evolução dos estudos africanos em Portugal pode ser compreendida através de três fases principais, refletindo mudanças históricas, políticas e académicas. A primeira fase corresponde ao período colonial (século XIX–1974), marcado pela etnografia, antropologia e geografia com funções administrativas (Rodrigues, 1990;

Travassos, 2021). A segunda fase, de transição pós-colonial (1974–anos 1990), caracteriza-se pela descolonização do conhecimento e pelo surgimento de novas disciplinas, como ciência política e estudos de desenvolvimento (Henriques, 2025). Finalmente, a fase contemporânea (2000–presente) assinala a globalização, a emergência de redes de investigação transnacionais e a multiplicidade de temas de estudo (CEI-ISCTE, s.d.; Cadernos de Estudos Africanos, 2017). Esta divisão permite compreender como enfoques, metodologias e instituições se transformaram ao longo do tempo.

1.1 Período colonial (século XIX – 1974)

Durante o período colonial português que se estendeu de forma mais consolidada no século XIX até ao início da década de 1970, a produção de conhecimento sobre as sociedades africanas esteve estreitamente ligada às práticas administrativas do Estado colonial, às instituições científicas emergentes e às estratégias intelectuais que procuravam enquadrar o “Outro africano” dentro de esquemas classificatórios e políticos. Esta fase caracteriza-se por uma dinâmica em que a etnografia, a antropologia e a geografia foram mobilizadas não apenas como disciplinas académicas, mas também como instrumentos auxiliares da governação colonial e da compreensão das populações submetidas ao domínio português (Rodrigues, 1990; Travassos, 2021).

Um dos vetores mais significativos desta produção foi a chamada Antropologia Colonial Portuguesa, que combinou diferentes abordagens científicas para estudar as populações africanas sob uma perspetiva racalista e classificatória. Estudos sobre “missões antropológicas” em territórios como São Tomé e Príncipe (1954) e Angola (1955) demonstram como a recolha de dados, objetos e fotografias fazia parte de um movimento institucionalizado, que visava tanto a documentação etnográfica como a legitimação científica das políticas coloniais em curso (Travassos, 2021).

A ascensão destas práticas antropológicas no contexto português pode ser relacionada com a influência de figuras académicas como Mendes Correia, cujo papel na consolidação da antropologia física e na proposição de programas de investigação sobre “indígenas” em colónias portuguesas marcou grande parte da

produção científica nesse período. De acordo com análises recentes, a chamada “escola do Porto” dominou grande parte da antropologia colonial portuguesa, caracterizando-se pela realização de campanhas antropométricas e estudos etnográficos que procuravam definir traços físicos e culturais das populações africanas dentro de categorias científicas racialistas da época (Rodrigues, 1990).

A etnografia colonial não se limitou apenas à antropologia física, como ilustrado pelas missões etnológicas que visavam a recolha sistemática de práticas culturais, linguísticas e materiais em Angola e São Tomé e Príncipe, especialmente nos anos 1950. Estes projetos antropológicos integravam a recolha de artefactos, relatos etnográficos sobre usos e costumes e fotografias de campo, com o duplo propósito de reforçar a presença científica em África e de produzir “conhecimento útil” para os administradores coloniais (Travassos, 2021).

Essa produção de conhecimento estava frequentemente associada ao esforço de estabelecer uma “ordem” colonial baseada em categorias de diferença e hierarquia entre colonizadores e colonizados. Como nota a historiografia contemporânea, esta forma de conhecimento gerou narrativas que procuravam tanto justificar quanto gerir a presença portuguesa em África, reforçando ideias de superioridade europeia e organizando os povos africanos em esquemas hierárquicos predefinidos (Henriques, 2025).

Dentro do âmbito das ciências sociais coloniais, a administração produziu etnografias que muitas vezes subestimavam a complexidade cultural das populações africanas e as suas formas de organização social pré-colonial. No entanto, mesmo nesse contexto restritivo, alguns trabalhos posteriores começaram a captar nuances das relações sociais e modos de vida locais que escapavam aos imperativos administrativos, abrindo caminho para reflexões posteriores sobre identidade, poder e resistência cultural no contexto colonial português (Travassos, 2021; Rodrigues, 1990).

Ao mesmo tempo, o colonialismo português no final do século XIX e início do século XX enfrentou pressões internacionais e transformações internas, incluindo mudanças nas políticas coloniais após a Conferência de Berlim (1884–1885) e as disputas entre potências europeias por territórios africanos. Estas mudanças

repercutiram-se na forma como o “saber colonial” sobre África foi produzido e instrumentalizado, reforçando tanto os mecanismos de controlo social e político como as abordagens científicas que sustentavam a administração colonial (CEI-ISCTE, s.d.).

Em síntese, a etapa colonial dos estudos africanos em Portugal foi marcada por um entrelaçamento entre ciência e política colonial, no qual a etnografia, a antropologia e outras disciplinas serviram para produzir um conhecimento que sustentava e, ao mesmo tempo, foi moldado pela lógica e objetivos da presença portuguesa em África. Embora muitas dessas abordagens tenham incorporado paradigmas racialistas e hierárquicos próprios do seu tempo, elas também criaram uma base documental e metodológica que, posteriormente, permitiu reflexões críticas e transformações no campo dos estudos africanos e pós-coloniais (Cadernos de Estudos Africanos, 2017).

1.2 Período de transição pós-colonial (1974 – anos 1990)

O período imediatamente posterior à Revolução dos Cravos de abril de 1974 marcou uma profunda transformação nos estudos africanos em Portugal, refletindo tanto a descolonização formal das colónias como a emergência de novos paradigmas científicos e políticos. Com o fim do Estado Novo e a retirada do poder colonial após décadas de guerra em África, surgiram novas questões académicas relativas à reconstrução das narrativas históricas, à crítica dos discursos colonialistas e à necessidade de integrar métodos e perspetivas que ultrapassassem as categorias produzidas durante o regime autoritário (Henriques, 2019).

Nesta fase, a investigação deixou de ser meramente um instrumento de conhecimento ao serviço das estruturas administrativas coloniais e passou a incorporar reflexões críticas sobre os efeitos sociais, culturais e políticos do colonialismo e sobre os processos de independência nas antigas colónias africanas. Parte desta transformação foi impulsionada pela influência de historiadores que questionavam a forma como a história de África tinha sido originalmente escrita em Portugal e defendiam a importância de desenvolver uma historiografia que incorporasse as vozes africanas e as realidades pós-independência (Henriques, 2019).

Paralelamente, a década de 1980 assistiu ao surgimento e à institucionalização de abordagens académicas que atribuíram maior centralidade à ciência política, aos estudos do desenvolvimento e às ciências sociais aplicadas no contexto africano. Um exemplo significativo foi o trabalho de Franz-Wilhelm Heimer, que após a sua formação académica em ciência política e sociologia, contribuiu para a criação de estruturas académicas dedicadas aos estudos africanos no ISCTE-IUL, incluindo cursos de pós-graduação e, posteriormente, mestrados específicos em Estudos Africanos. Heimer destacou-se ao incorporar metodologias interdisciplinares e análises críticas sobre as formas como as sociedades africanas emergentes lidavam com as suas histórias coloniais e os desafios de desenvolvimento pós-colonial, aproximando os estudos africanos portugueses de debates internacionais mais amplos sobre desenvolvimento e modernização.

A transição pós-colonial também coincidiu com uma crescente ênfase na produção de conhecimentos que confrontassem narrativas eurocêntricas e valorizassem abordagens epistemológicas diversas. Investigadores ligados a programas académicos em Portugal passaram, gradualmente, a questionar as representações tradicionais de África e a insistir na complexidade dos processos políticos e sociais que se desencadearam após a independência. Estes debates integraram o uso de metodologias comparativas, análises político-económicas e reflexões sobre identidades pós-coloniais que iam além das categorias etnográficas tradicionais (APCP, s.d.).

No plano institucional, a década de 1980 e o início dos anos 1990 registaram uma maior formalização dos Estudos Africanos enquanto campo académico em Portugal. O desenvolvimento de programas de pós-graduação em estudos africanos, a criação de grupos de investigação interdepartamentais e a participação progressiva em redes científicas europeias contribuíram para consolidar uma base académica mais diversa e crítica. Estas iniciativas trouxeram à tona discussões sobre teoria pós-colonial e o papel das ciências sociais na análise das transformações políticas, económicas e culturais que emergiam após a descolonização formal.

A emergência de redes académicas e associações especializadas também foi um elemento marcante do período. Por exemplo, a Secção de Estudos Africanos da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) passou a ser um espaço importante para a congregação de investigadores que tratavam a política africana não apenas como objeto de análise externa, mas como campo em que se articulavam teorias comparativas, relações internacionais e estudos do Estado e desenvolvimento.

Além disso, a literatura académica publicada em Portugal a partir dos anos 1980 começou a refletir uma crescente diversidade temática que ia desde a análise de movimentos sociais e processos de democratização em África até à crítica das heranças coloniais na construção de identidades políticas e culturais. A inclusão desses temas na agenda académica portuguesa sinalizou uma mudança notável em relação às abordagens coloniais anteriores, promovendo uma produção de conhecimento mais crítica e conectada com debates internacionais sobre pós-colonialismo, globalização e desenvolvimento.

Em síntese, o período de transição pós-colonial entre 1974 e os anos 1990 foi decisivo para a transformação dos estudos africanos em Portugal. Esta fase abriu espaço para uma reflexão crítica sobre os limites epistemológicos do passado colonial, promoveu a integração de disciplinas como ciência política e estudos do desenvolvimento, e incentivou a institucionalização académica de abordagens interdisciplinares. O resultado foi um campo académico mais dinâmico, plural e intelectualmente conectado com as preocupações globais sobre descolonização do conhecimento e sobre as realidades sociais, económicas e políticas dos países africanos recém-independentes.

1.3 Fase contemporânea (2000 – presente)

A partir dos anos 2000, os estudos africanos em Portugal consolidaram-se enquanto campo académico interdisciplinar de maior complexidade, com forte incorporação de temas transnacionais e diálogos com redes internacionais de investigação. Esta fase caracteriza-se por uma maior diversidade metodológica, o aprofundamento das perspetivas pós-coloniais e a crescente integração de Portugal em plataformas científicas europeias e globais dedicadas à investigação sobre África (Lopes, 2019).

O foco deixa de ser exclusivamente a relação histórica com as antigas colônias e amplia-se para incluir problemáticas como migração, memória, cultura visual, identidades e globalização.

A globalização do conhecimento acadêmico e a expansão das redes científicas europeias têm um papel central neste processo. O envolvimento de instituições portuguesas em projetos de investigação financiados pela União Europeia, como os programas-quadro de investigação e inovação, contribuiu para a circulação de investigadores, dados e abordagens teóricas, aproximando as análises portuguesas dos debates contemporâneos em estudos africanos na Europa e no mundo. Por exemplo, projetos colaborativos em antropologia urbana e estudos migratórios em contextos africanos foram cofinanciados no âmbito de redes europeias que incentivam o intercâmbio interdisciplinar entre universidades e centros de investigação (Garcia, 2017).

Nesta fase, os temas culturais ganharam maior visibilidade, especialmente no que diz respeito ao estudo da cultura visual e media no contexto africano e lusófono. As investigações sobre cinema africano, representações audiovisuais e património cultural refletem uma expansão dos focos de pesquisa que ultrapassam as abordagens estritamente político-económicas, aprofundando os estudos da produção cultural e das dinâmicas de identidade num contexto globalizado (Falcão, 2020). Este movimento espelha tendências mais amplas na academia global de valorizar abordagens que cruzam cultura, memória e poder.

As universidades portuguesas também ampliaram a sua oferta educativa e programas de pós-graduação relacionados com África. Cursos avançados em Estudos Africanos e áreas afins foram criados ou reforçados, integrando perspetivas comparativas e transnacionais que procuram formar investigadores capazes de atuar em contextos multiculturais e interdisciplinares (Pereira & Sousa, 2021). Este reaparelhamento institucional também se traduziu em aumento de publicações científicas, capítulos de livros e artigos em revistas internacionais de alto impacto, reforçando o lugar de Portugal nas redes de conhecimento global.

Outro aspeto marcante da fase contemporânea é a incorporação de perspetivas críticas que abordam questões de género, migração e diáspora africana. Temas

como feminismos africanos, que analisam relações de género no contexto pós-colonial, diáspora africana em Portugal e questões transnacionais de direitos humanos ganharam destaque na produção académica portuguesa, aproximando os estudos africanos de agendas críticas internacionais (Silva, 2018). Esta aproximação não apenas enriquece o campo disciplinar, como também fortalece pontes entre investigações académicas e movimentos sociais em diferentes continentes.

As revistas académicas continuam a desempenhar um papel central na circulação do conhecimento em estudos africanos. Além de *Cadernos de Estudos Africanos*, outras publicações científicas portuguesas e europeias acolhem trabalhos sobre África e temas relacionados, contribuindo para o estabelecimento de um corpus de literatura cada vez mais diversificado e acessível. A participação crescente de investigadores portugueses em conselhos editoriais de revistas internacionais reflete a inserção mais profunda do país no projeto mais amplo de produção de conhecimento sobre África (Dias & Nascimento, 2022).

Não obstante este desenvolvimento, persistem desafios epistemológicos relacionados com o balanço entre a produção de conhecimento local e a participação em circuitos científicos globais dominados por línguas e instituições académicas do mundo anglófono. Ainda assim, a fase contemporânea dos estudos africanos em Portugal representa um período de expansão temática e institucional marcado pela multiplicidade de abordagens, interdisciplinaridade e maior integração em redes de investigação transnacionais.

2. Disciplinas e temas de pesquisa

No âmbito dos estudos africanos em Portugal, a diversidade disciplinar constitui uma das suas características mais marcantes. Entre as várias áreas de investigação, destacam-se particularmente a antropologia/etnografia e a história, que desempenham um papel fundamental na consolidação do campo ao longo do tempo. Estas disciplinas não apenas forneceram os primeiros quadros interpretativos sobre as sociedades africanas no contexto português, mas também evoluíram significativamente, acompanhando transformações epistemológicas e metodológicas, especialmente no período pós-colonial. A análise destas duas áreas

permite compreender como o conhecimento sobre África foi produzido, reformulado e criticamente reavaliado na academia portuguesa.

A antropologia e a etnografia ocupam uma posição central nos estudos africanos em Portugal, sobretudo devido à sua ênfase em pesquisas de campo intensivas e prolongadas, baseadas na observação participante e na imersão em contextos sociais locais. Durante o período colonial, muitos destes estudos tinham uma função administrativa, orientados para a compreensão das populações sob domínio português (Pélissier, 2000). Contudo, no período contemporâneo, a antropologia portuguesa passou por uma profunda renovação teórica, incorporando perspectivas críticas que problematizam as relações de poder, o legado colonial e as assimetrias na produção de conhecimento (Vale de Almeida, 2004). Investigações etnográficas em países como Moçambique e Angola têm explorado temas como estruturas de parentesco, práticas rituais, sistemas de autoridade local e formas de organização comunitária, revelando a complexidade das dinâmicas sociais africanas.

Além disso, a etnografia contemporânea enfatiza a reflexividade do investigador e a ética da pesquisa, valorizando o diálogo com os interlocutores locais e reconhecendo-os como coprodutores de conhecimento. Estudos recentes analisam, por exemplo, como comunidades rurais em Moçambique articulam práticas agrícolas tradicionais com estratégias de adaptação às mudanças económicas e ambientais, demonstrando a capacidade de inovação local em contextos de vulnerabilidade (Meneses, 2010). A antropologia também se tem aberto a temas como migração, diáspora, identidade e globalização, permitindo compreender as ligações entre África e outros espaços, incluindo Portugal, numa perspectiva transnacional.

A história, por sua vez, constitui outro eixo estruturante dos estudos africanos portugueses, com particular destaque para a análise da história colonial, do império português e do comércio atlântico de escravos. A historiografia portuguesa tem produzido um vasto conjunto de trabalhos sobre a expansão portuguesa em África, abordando temas como a administração colonial, as políticas económicas e as formas de dominação e resistência (Bethencourt, 2013). O estudo do comércio de escravos ocupa um lugar central, sendo analisado não apenas como fenómeno

económico, mas também como processo social e cultural que marcou profundamente tanto as sociedades africanas como a própria sociedade portuguesa (Curto & Lovejoy, 2004).

Nos últimos anos, a história de África em Portugal tem vindo a integrar abordagens mais críticas e interdisciplinares, incorporando fontes diversas, como arquivos coloniais, relatos missionários e narrativas orais. Estas abordagens permitem reconstruir experiências históricas a partir de múltiplas perspetivas, incluindo as vozes africanas frequentemente marginalizadas nas narrativas tradicionais. Estudos recentes também exploram as continuidades entre o período colonial e o pós-colonial, analisando processos de independência, formação de Estados e persistência de desigualdades estruturais (Alexandre, 2017). Desta forma, a história deixa de ser apenas uma reconstrução do passado para se tornar um instrumento crítico de análise das relações de poder e das dinâmicas sociais que atravessam diferentes períodos históricos.

No seguimento das abordagens antropológicas e históricas, o campo dos estudos africanos em Portugal desenvolveu também uma vertente sólida nas áreas da ciência política e dos estudos do desenvolvimento, particularmente a partir do período pós-1974. Esta área tem-se dedicado à análise da construção do Estado, dos processos de democratização, dos conflitos armados e das dinâmicas de paz e desenvolvimento nos países africanos, com especial incidência nos países africanos de língua portuguesa (PALOP). A centralidade destas temáticas reflete não apenas a importância histórica das transições pós-coloniais, mas também a necessidade de compreender os desafios contemporâneos enfrentados por estas sociedades no contexto global.

Um dos principais focos de investigação reside na formação e consolidação do Estado em contextos pós-coloniais. Estudos portugueses têm analisado como as estruturas institucionais herdadas do colonialismo influenciaram profundamente a organização política, a capacidade administrativa e os padrões de governança nos novos Estados independentes (Chabal, 2002). Em muitos casos, a fragilidade institucional, associada a economias dependentes e a tensões internas, contribuiu para a emergência de crises políticas e conflitos prolongados. A análise destas

dinâmicas tem sido desenvolvida através de abordagens comparativas, que permitem identificar semelhanças e diferenças entre países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Outro eixo fundamental diz respeito ao estudo dos conflitos armados e dos processos de construção da paz. As guerras civis em Angola e Moçambique constituem casos paradigmáticos amplamente analisados pela academia portuguesa, tanto pelas suas causas históricas como pelas suas consequências sociais e políticas (Messiant, 2008). Investigadores têm examinado fatores como a herança colonial, a Guerra Fria, a intervenção internacional e as divisões internas, procurando compreender as condições que levaram à eclosão e prolongamento dos conflitos. Paralelamente, os estudos sobre processos de paz e reconciliação destacam o papel de acordos políticos, instituições internacionais e iniciativas locais na reconstrução social e institucional. Em Moçambique, por exemplo, o Acordo Geral de Paz de 1992 tem sido analisado como um caso de sucesso relativo, embora marcado por desafios persistentes na consolidação da estabilidade política (MacQueen, 2013).

No âmbito do desenvolvimento, a investigação portuguesa tem-se concentrado na análise das políticas económicas, da distribuição de recursos e das estratégias de crescimento em contextos africanos. Estudos nesta área procuram compreender como fatores como dependência externa, desigualdades estruturais e limitações institucionais condicionam os processos de desenvolvimento (Castel-Branco, 2014). Particular atenção tem sido dada à relação entre crescimento económico e inclusão social, bem como ao impacto de políticas públicas nos setores da educação, saúde e infraestruturas. Além disso, investigações recentes exploram a interação entre Estados africanos, organizações internacionais e sociedade civil, destacando a complexidade das redes de governança que moldam os processos de desenvolvimento contemporâneos.

Importa também sublinhar que os estudos políticos e de desenvolvimento em Portugal têm vindo a integrar abordagens interdisciplinares, combinando contributos da ciência política, economia, sociologia e estudos africanos. Esta integração permite uma compreensão mais abrangente das realidades africanas,

articulando níveis locais, nacionais e globais. Ao mesmo tempo, tem-se observado um crescente interesse por temas como governança participativa, descentralização, cidadania e políticas públicas, refletindo uma evolução do campo em direção a problemáticas mais diversificadas e contemporâneas. Desta forma, a investigação portuguesa nesta área não apenas analisa estruturas e processos, mas também contribui para debates mais amplos sobre desenvolvimento, democracia e justiça social em África.

Para além das abordagens históricas, antropológicas e político-económicas, os estudos culturais têm vindo a ganhar crescente relevância no campo dos estudos africanos em Portugal, refletindo uma ampliação temática e teórica alinhada com debates internacionais contemporâneos. Esta vertente abrange questões como políticas linguísticas, produção mediática e construção de identidades culturais, sendo particularmente relevante no contexto dos países africanos de língua portuguesa, onde a língua portuguesa coexiste com uma multiplicidade de línguas nacionais e práticas culturais diversas.

No domínio das políticas linguísticas, a investigação tem-se centrado nas tensões entre o português, frequentemente língua oficial e de ensino, e as línguas africanas locais, analisando as implicações desta coexistência em termos de acesso à educação, inclusão social e reprodução de desigualdades (Firmino, 2006). Estudos sobre Moçambique, por exemplo, demonstram como a imposição do português como língua dominante pode limitar a participação plena de comunidades rurais no sistema educativo, enquanto surgem iniciativas que procuram valorizar o multilinguismo e integrar línguas locais no ensino básico. Estas análises inscrevem-se em debates mais amplos sobre poder simbólico, herança colonial e justiça linguística, evidenciando a centralidade da língua na construção social e política.

Os média e a cultura visual constituem outro eixo importante dos estudos culturais. A investigação portuguesa tem explorado a produção cinematográfica, televisiva e digital em África, analisando como estas formas de expressão contribuem para a construção e circulação de representações sociais e identidades culturais (Bamba, 2018). O cinema africano, em particular, tem sido estudado como espaço de resistência simbólica e de afirmação identitária, capaz de desafiar estereótipos e

propor narrativas alternativas às visões hegemónicas. Além disso, o crescimento das plataformas digitais e das redes sociais tem aberto novas linhas de investigação sobre circulação transnacional de conteúdos, consumo mediático e formação de públicos, revelando a crescente inserção de África em fluxos globais de comunicação.

A questão da identidade cultural assume igualmente um papel central, sendo abordada como um processo dinâmico e relacional, moldado por fatores históricos, sociais e políticos. Investigadores portugueses têm analisado como identidades nacionais, étnicas e linguísticas são construídas e negociadas em contextos pós-coloniais, frequentemente marcados por diversidade cultural e tensões herdadas do passado colonial (Hall, 1996). No caso dos países africanos lusófonos, a identidade é frequentemente articulada em torno da língua portuguesa, mas também atravessada por pertenças locais, regionais e transnacionais. Estudos sobre diásporas africanas em Portugal evidenciam ainda como identidades são reconfiguradas em contextos migratórios, dando origem a formas híbridas de pertença cultural e social (Machado, 2002).

Por fim, embora a análise detalhada da distribuição disciplinar ultrapasse o objetivo desta secção, diversos estudos indicam que os estudos africanos em Portugal apresentam uma configuração relativamente equilibrada entre história, antropologia e ciência política, com um crescimento progressivo das abordagens culturais e interdisciplinares nas últimas duas décadas (Lopes, 2019). Esta tendência reflete não apenas a diversificação temática do campo, mas também a sua adaptação a novos desafios teóricos e empíricos colocados pela globalização, pelas transformações sociais e pela crescente circulação de pessoas, ideias e práticas culturais.

2. Principais instituições e investigadores

O campo dos estudos africanos em Portugal consolidou-se não apenas através da diversidade disciplinar e dos temas de investigação, mas também graças à atuação de investigadores individuais que desempenharam um papel central na construção e fortalecimento do campo académico. Estes académicos não só produziram conhecimento crítico sobre África e as sociedades africanas, como também

contribuíram para estabelecer Portugal como um nó relevante nas redes internacionais de *African Studies*. A influência destes investigadores estende-se a várias áreas do conhecimento, incluindo sociologia, antropologia, história, ciência política e estudos culturais, refletindo uma abordagem interdisciplinar que caracteriza o campo contemporâneo (Santos & Meneses, 2010).

3.1 Introdução e investigadores representativos

Entre os investigadores mais representativos destaca-se Boaventura de Sousa Santos, cuja obra em sociologia, epistemologia crítica e teoria social tem contribuído significativamente para a reflexão sobre colonialismo, pós-colonialismo e interidentidades. Santos desenvolveu o conceito de “epistemologias do Sul”, que questiona a centralidade do conhecimento eurocêntrico e propõe uma abordagem inclusiva das formas de saber produzidas em contextos marginalizados, incluindo África. Seus estudos abordam temas como desigualdade, direitos humanos, justiça social e práticas de resistência, tendo impacto não apenas nos estudos africanos, mas também em disciplinas correlatas como direito, ciência política e estudos culturais (Santos, 2001; Santos & Meneses, 2010).

Outro investigador de grande relevância é José da Silva Horta, especialista em história colonial e antropologia aplicada, que se destacou pelo estudo das estruturas sociais, políticas e económicas das populações africanas sob domínio português. Horta combina fontes documentais, arquivos coloniais e pesquisa de campo etnográfica para analisar os processos históricos e as práticas culturais das sociedades africanas. Seus trabalhos oferecem uma visão crítica sobre a administração colonial, a resistência local e as continuidades culturais e sociais no período pós-colonial, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas internas e externas que moldaram essas sociedades (Horta, 2015).

Além destes investigadores, uma nova geração de académicos tem ampliado o campo para temas como migração, diáspora, identidade cultural, políticas linguísticas e mediação cultural. Estes estudos contribuem para uma abordagem mais ampla e contemporânea, articulando análises locais com redes transnacionais e promovendo a circulação de conhecimento entre Portugal, os países africanos de língua portuguesa (PALOP) e outras instituições internacionais. A atuação desses

investigadores também é visível em conferências, projetos de investigação colaborativos e publicações em periódicos especializados, consolidando Portugal como referência nos *African Studies* e permitindo a formação de novos investigadores no país (Lopes, 2019; Garcia, 2017).

Dessa forma, o reconhecimento de investigadores representativos e das suas contribuições é fundamental para compreender a orientação epistemológica do campo, os métodos adotados e a articulação entre tradição académica e inovação teórica. Estes académicos exemplificam a diversidade de abordagens e a profundidade do trabalho desenvolvido em Portugal, servindo como referência para novos investigadores e fortalecendo a presença de Portugal nas redes internacionais de estudos africanos contemporâneos.

3.2 Principais instituições em Portugal

O desenvolvimento dos estudos africanos em Portugal não seria possível sem a existência de instituições académicas estruturadas que promovam investigação, ensino e circulação de conhecimento. Entre estas, destaca-se o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), fundado em 1973, que abriga um centro de investigação dedicado aos estudos africanos e lusófonos. No ICS, investigadores têm conduzido projetos sobre antropologia, ciência política, história e desenvolvimento, promovendo colaborações interdisciplinares e internacionais com universidades africanas e europeias (Santos & Meneses, 2010). O instituto também organiza conferências e seminários que permitem a circulação de conhecimento entre académicos portugueses e estrangeiros, consolidando Portugal como um centro de referência no campo.

Outro núcleo central é o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, que mantém o Centro de Estudos Internacionais (CEI) com uma biblioteca especializada em estudos africanos. O ISCTE oferece programas de mestrado e doutoramento em Estudos Africanos, sendo responsável por formar novas gerações de investigadores e pela publicação de artigos em periódicos especializados, como os *Cadernos de Estudos Africanos* (Cadernos de Estudos Africanos, 2017). A instituição também participa em redes internacionais de investigação e projetos financiados pela União Europeia, ampliando a visibilidade dos estudos africanos portugueses no cenário global.

Além das universidades, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desempenha um papel estratégico na promoção de cooperação acadêmica entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa (PALOP). A CPLP facilita programas de mobilidade de estudantes e investigadores, promove colóquios temáticos e apoia iniciativas editoriais que fortalecem o intercâmbio de conhecimento entre as instituições membros (Associação Portuguesa de Ciência Política [APCP], s.d.).

Outras universidades portuguesas, como a Universidade do Porto, a Universidade de Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa, também possuem programas e centros de investigação focados em África, oferecendo cursos de graduação, mestrado e doutoramento, bem como promovendo redes colaborativas entre docentes, investigadores e estudantes. Estas instituições contribuem para a diversificação metodológica e temática dos estudos africanos em Portugal, permitindo que o campo se mantenha dinâmico e adaptável às transformações globais (Lopes, 2019; Garcia, 2017).

Em conjunto, estas instituições formam uma rede de suporte académico que articula ensino, pesquisa e publicação, consolidando a posição de Portugal como referência no estudo das sociedades africanas e reforçando a formação de novos investigadores que continuarão a expandir o campo em escala nacional e internacional.

3.3 Redes de colaboração académica e publicações relevantes

As redes de colaboração académica desempenham um papel central na consolidação e expansão dos estudos africanos em Portugal, permitindo a circulação de conhecimento e a integração de investigadores em plataformas internacionais. Estas redes englobam colaborações entre universidades portuguesas, instituições africanas e centros de investigação europeus, bem como participação em projetos financiados por órgãos como a União Europeia e organizações internacionais de ciência social. Através dessas redes, investigadores portugueses têm acesso a dados de campo, bibliotecas especializadas e oportunidades de intercâmbio, fortalecendo a produção científica e metodológica no campo dos *African Studies* (Lopes, 2019).

Entre os periódicos mais relevantes destacam-se os *Cadernos de Estudos Africanos* (CEI-ISCTE), que desde 2001 publicam artigos sobre antropologia, história, ciência política e estudos culturais de África e do espaço lusófono. Este periódico tem promovido a internacionalização do campo, aceitando contribuições de investigadores de diversos países e articulando colaborações com centros de investigação em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde (Cadernos de Estudos Africanos, 2017). Outro veículo de circulação académica são as conferências anuais organizadas pelo ICS Lisboa e pelo ISCTE, que reúnem investigadores para apresentar resultados de pesquisa, discutir metodologias e desenvolver redes de cooperação interdisciplinar (Santos & Meneses, 2010).

Além disso, existem projetos colaborativos que integram investigadores portugueses e africanos em iniciativas conjuntas, como estudos sobre migração, identidade cultural, políticas linguísticas e desenvolvimento local. A CPLP também atua como plataforma de intercâmbio e financiamento de projetos, fortalecendo as relações institucionais e académicas entre os países de língua portuguesa (Associação Portuguesa de Ciência Política [APCP], s.d.). A publicação de livros coletivos e capítulos em editoras internacionais permite ainda que o conhecimento produzido em Portugal sobre África alcance um público mais amplo e contribua para o debate global nos estudos africanos.

Outro exemplo de rede significativa é o trabalho em projetos interdisciplinares que combinam antropologia, história, ciência política e estudos culturais, permitindo análises mais complexas e integradas. Estes projetos não apenas fortalecem a produção científica, mas também consolidam a posição de Portugal como centro de referência em estudos africanos contemporâneos, apoiando a formação de novos investigadores e garantindo a continuidade do campo em escalas nacional e internacional (Garcia, 2017).

Portanto, as redes de colaboração académica e as publicações especializadas não apenas facilitam o intercâmbio de conhecimento, mas também fortalecem o desenvolvimento institucional, promovendo inovação teórica e metodológica e garantindo que os estudos africanos em Portugal permaneçam atualizados frente aos desafios globais e às transformações socioculturais dos países africanos lusófonos.

4. Metodologia e características do conhecimento

O campo dos estudos africanos em Portugal caracteriza-se por uma abordagem metodológica diversificada, que combina preocupações históricas, linguísticas e pós-coloniais, articulando múltiplas disciplinas e perspectivas teóricas. Essa pluralidade metodológica reflete tanto a complexidade das sociedades africanas quanto a tradição intelectual portuguesa, marcada por um entrelaçamento entre antropologia, história, ciência política e estudos culturais. A reflexão sobre a produção do conhecimento no contexto português evidencia a necessidade de compreender como práticas históricas, linguísticas e institucionais moldaram o modo como África tem sido estudada e interpretada ao longo do tempo (Santos, 2001; Lopes, 2019).

Uma das características mais evidentes da metodologia dos estudos africanos em Portugal é a forte orientação histórica. Os investigadores portugueses tendem a situar suas análises em longos horizontes temporais, valorizando a compreensão das dinâmicas coloniais e pós-coloniais. A história não é apenas um pano de fundo, mas um eixo estruturante que permite relacionar processos políticos, sociais e culturais, incluindo as trajetórias do império português, as guerras coloniais e os processos de independência africanos (Bethencourt, 2013; Curto & Lovejoy, 2004). Estudos etnográficos e históricos frequentemente se complementam, com dados de arquivo, relatos missionários e documentação oficial sendo combinados com entrevistas e observações de campo. Essa perspectiva histórica ampla contribui para identificar continuidades e rupturas, permitindo uma análise crítica das estruturas de poder e das desigualdades herdadas do período colonial (Horta, 2015).

Outro traço metodológico central é a centralidade da língua portuguesa como ferramenta de acesso, análise e interpretação. A língua não é apenas o meio de comunicação, mas também um vetor epistemológico que molda o enquadramento das questões, das narrativas e das categorias de análise. A pesquisa em África de língua portuguesa, especialmente em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, exige sensibilidade às nuances da língua e das variedades locais, assim como ao multilinguismo presente nas sociedades estudadas (Firmino, 2006; Vale de Almeida, 2004). A língua portuguesa funciona, simultaneamente, como ponte e filtro: permite o diálogo com atores locais

e acesso a fontes documentais, mas também impõe desafios epistemológicos relacionados a heranças coloniais e desigualdades na produção do conhecimento. Estudos recentes têm discutido como a escolha da língua influencia a interpretação dos dados etnográficos, históricos e culturais, bem como a circulação do conhecimento produzido entre comunidades acadêmicas e sociedades africanas (Santos & Meneses, 2010).

Portanto, a orientação histórica e a centralidade da língua portuguesa não apenas estruturam o modo como os estudos africanos são conduzidos em Portugal, mas também refletem as características epistemológicas e críticas do campo, preparando o terreno para abordagens pós-coloniais e interdisciplinares que serão analisadas nas próximas seções.

A reflexão pós-colonial constitui um eixo central na metodologia dos estudos africanos em Portugal, particularmente a partir do período contemporâneo, em que investigadores começaram a questionar as estruturas de poder e os pressupostos epistemológicos herdados do colonialismo. Esta abordagem implica reconhecer as assimetrias na produção do conhecimento, problematizando o papel do pesquisador e do sistema acadêmico europeu na construção de narrativas sobre África (Santos & Meneses, 2010). Trabalhos recentes têm enfatizado a necessidade de incluir perspectivas africanas e vozes subalternas, valorizando narrativas locais, fontes orais e práticas culturais que foram historicamente marginalizadas ou ignoradas (Bethencourt, 2013; Alexandre, 2017). A reflexão pós-colonial, portanto, não se limita a um comentário teórico, mas orienta a escolha das metodologias, o desenho da pesquisa e a interpretação dos dados, promovendo uma postura crítica frente às relações de poder e à memória histórica.

O campo evidencia também uma forte interdisciplinaridade, integrando contribuições da história, antropologia, ciência política, estudos culturais e linguística. Esta abordagem permite analisar fenômenos complexos em múltiplos níveis, desde dinâmicas locais até processos transnacionais. Por exemplo, estudos sobre migração africana em Portugal combinam dados etnográficos, históricos e políticos, articulando informações sobre políticas públicas, identidades culturais e redes de diáspora (Garcia, 2017; Lopes, 2019). A interdisciplinaridade facilita a

compreensão das interconexões entre estruturas coloniais, práticas culturais, desigualdades sociais e fluxos globais de conhecimento, proporcionando uma análise mais rica e contextualizada.

Em termos de estilo de pesquisa, os estudos africanos em Portugal combinam abordagens etnográficas, históricas e comparativas. O trabalho etnográfico privilegia observação participante, entrevistas e imersão prolongada em comunidades locais, permitindo apreender práticas sociais, rituais e estratégias culturais em profundidade (Meneses, 2010). A pesquisa histórica, por sua vez, utiliza arquivos coloniais, documentos oficiais e fontes missionárias, reconstruindo processos de dominação, resistência e transformação social (Horta, 2015; Curto & Lovejoy, 2004). A análise comparativa conecta diferentes contextos africanos, identificando padrões comuns e particularidades nacionais ou regionais. Esta combinação metodológica possibilita tanto a análise detalhada de casos específicos quanto a extração de conclusões mais gerais sobre dinâmicas sociopolíticas, culturais e económicas.

Assim, a reflexão pós-colonial, a interdisciplinaridade e o estilo de pesquisa diversificado constituem marcas distintivas dos estudos africanos em Portugal, evidenciando uma produção de conhecimento crítica, contextualizada e atenta às complexidades históricas, culturais e sociais do continente africano.

5. Conexões transnacionais

5.1 PALOP Cinco Países

A produção académica portuguesa sobre os países africanos de língua portuguesa (PALOP) constitui um dos pilares empíricos centrais dos *African Studies* em Portugal, refletindo tanto a profundidade histórica das relações coloniais como as transformações políticas, sociais e económicas ocorridas no período pós-independência. Longe de configurar um campo homogéneo, esta produção caracteriza-se por uma distribuição desigual de atenção entre os diferentes países, bem como por uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. Ainda assim, é possível identificar linhas de investigação consistentes que permitem compreender os PALOP como um espaço analítico articulado, onde dinâmicas nacionais específicas coexistem com processos históricos e estruturais partilhados (Chabal, 2002; Alexandre, 2017).

No caso de Angola, a literatura portuguesa tem privilegiado a análise da guerra civil, da formação do Estado pós-colonial e das configurações do poder político e económico. A obra de Messiant (2008) constitui uma referência incontornável ao oferecer uma leitura sociológica detalhada da guerra e das suas implicações na construção do Estado angolano, evidenciando a interdependência entre conflito armado, redes de poder e recomposição das elites. Paralelamente, Birmingham (1999) fornece uma contextualização histórica fundamental das relações entre Portugal e Angola, situando-as no quadro mais amplo do império português e da sua dissolução.

Mais recentemente, a literatura tem incorporado análises no domínio da segurança e defesa, explorando a reconfiguração das forças armadas, os desafios de segurança regional e o papel de Angola no contexto africano e lusófono. Nesse sentido, os trabalhos de Bernardino (2013, 2015) destacam-se ao examinar as políticas de defesa, as dinâmicas de cooperação militar e a inserção de Angola em estruturas multilaterais, incluindo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Estas análises evidenciam a crescente importância da dimensão securitária na compreensão do Estado angolano contemporâneo, bem como a articulação entre interesses nacionais, estabilidade regional e cooperação internacional.

Em Moçambique, a produção académica apresenta igualmente uma forte densidade analítica, mas com um foco particular nas dinâmicas de desenvolvimento, nas políticas económicas e nas transformações institucionais. A obra de Newitt (2005) oferece uma síntese histórica abrangente que permite compreender as continuidades entre o período colonial e o pós-independência, enquanto Castel-Branco (2014) analisa criticamente a natureza extrativa da economia moçambicana e os desafios associados à industrialização. Adicionalmente, autores como Mosca (2011) têm contribuído para o debate sobre desenvolvimento rural, políticas agrícolas e desigualdades regionais, evidenciando a complexidade das relações entre Estado, mercado e comunidades locais. A literatura sobre Moçambique distingue-se, assim, por uma forte integração entre análise histórica e economia política, frequentemente articulada com preocupações sobre sustentabilidade, dependência externa e políticas públicas.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, a investigação portuguesa tem-se concentrado sobretudo na análise da fragilidade do Estado, da instabilidade política e das economias informais. Autores como Forrest (2003) e Cardoso (2010) exploram as dinâmicas de governança e os desafios institucionais, destacando a recorrência de golpes de Estado e a influência de redes transnacionais, incluindo o tráfico de drogas. Estas análises são frequentemente enquadradas por abordagens da ciência política e das relações internacionais, procurando compreender a Guiné-Bissau como um caso paradigmático de Estado frágil no contexto africano. Apesar de menos volumosa do que a literatura sobre Angola e Moçambique, esta produção contribui para diversificar o campo, introduzindo problemáticas relacionadas com segurança, soberania e governança global.

Em Cabo Verde, a investigação portuguesa privilegia temas como migração, diáspora, identidade cultural e desenvolvimento insular. Estudos como os de Carling (2002) e Machado (2002) analisam as dinâmicas migratórias e os processos de construção identitária, evidenciando o papel central da diáspora na economia e na sociedade cabo-verdiana. A literatura destaca ainda a especificidade de Cabo Verde como um caso de relativa estabilidade política e sucesso institucional no contexto africano, frequentemente utilizado como referência comparativa em estudos sobre governação e desenvolvimento. Esta abordagem evidencia a importância de integrar dimensões culturais e transnacionais na análise das sociedades africanas de língua portuguesa.

Já São Tomé e Príncipe surge com menor frequência na produção académica, refletindo tanto a sua escala reduzida como a menor visibilidade internacional. Ainda assim, existem estudos relevantes sobre a economia de plantação, as heranças coloniais e os desafios do desenvolvimento em pequenos Estados insulares (Seibert, 2006). Estas análises tendem a enfatizar a vulnerabilidade económica, a dependência externa e as limitações estruturais associadas à pequena dimensão territorial e populacional, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da diversidade dos PALOP.

Para além das análises centradas nos contextos nacionais, uma vertente crescente da investigação portuguesa tem explorado os PALOP no quadro das organizações

multilaterais, com destaque para a CPLP. Estudos no domínio das relações internacionais e dos estudos de segurança têm analisado a CPLP como plataforma de cooperação política, diplomática e militar, enfatizando tanto o seu potencial como os seus limites institucionais. Autores como Bernardino (2015) discutem o papel da organização na promoção da segurança cooperativa, na gestão de crises e na articulação entre Estados-membros, contribuindo para uma leitura mais ampla das relações internacionais no espaço lusófono.

De forma geral, a investigação portuguesa sobre os PALOP caracteriza-se por uma forte articulação entre abordagens históricas, sociológicas e de economia política, frequentemente enquadradas por uma sensibilidade pós-colonial que problematiza as heranças do império e as assimetrias na produção do conhecimento. Esta produção não se limita a análises nacionais isoladas, mas contribui para a construção de uma perspetiva comparativa que permite identificar padrões comuns e variações específicas entre os diferentes países. Ao integrar estudos sobre guerra, desenvolvimento, migração, governança e cultura, os investigadores portugueses têm consolidado os PALOP como um espaço analítico privilegiado, fundamental para compreender tanto as dinâmicas africanas contemporâneas como o papel de Portugal nas redes globais de produção de conhecimento (Lopes, 2019; Garcia, 2017).

5.2 Entre os países membros do PALOP

O campo dos estudos africanos em Portugal tem se consolidado não apenas em nível nacional, mas também por meio de uma ampla rede de conexões transnacionais que facilita a circulação de conhecimento, experiências metodológicas e dados empíricos. Essas conexões são fundamentais para compreender a África contemporânea em contextos globais, permitindo que investigadores portugueses colaborem com colegas de países africanos de língua portuguesa (PALOP) e instituições europeias, promovendo um diálogo interdisciplinar e intercultural que fortalece tanto a produção académica quanto a formação de novas gerações de investigadores (Lopes, 2019). A dimensão transnacional dos estudos africanos reflete a crescente interdependência entre os contextos locais e globais, demonstrando que a análise das sociedades africanas exige abordagens que ultrapassem fronteiras nacionais e linguísticas.

Um dos principais mecanismos dessas trocas acadêmicas são os programas de mobilidade e colaboração entre universidades portuguesas e instituições africanas, incluindo Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Por meio de estágios de investigação, intercâmbios de doutorandos e projetos conjuntos, investigadores portugueses têm acesso a arquivos, dados de campo e redes locais de conhecimento, enquanto colegas africanos participam de seminários, cursos avançados e publicações colaborativas em Portugal (Associação Portuguesa de Ciência Política [APCP], s.d.; Santos & Meneses, 2010). Esses programas não apenas fortalecem as capacidades institucionais das universidades envolvidas, mas também promovem a circulação de ideias e a construção de conhecimento compartilhado, integrando perspectivas africanas que historicamente foram marginalizadas nos estudos eurocêntricos.

Além disso, a cooperação com instituições europeias permite o desenvolvimento de projetos comparativos e multicêntricos, em que investigadores portugueses e africanos colaboram com colegas de países como França, Reino Unido e Alemanha. Essa integração em redes internacionais amplia o alcance das pesquisas, possibilita a publicação em periódicos de alto impacto e facilita o acesso a financiamento externo, como bolsas da União Europeia e programas de investigação científica transnacional (Garcia, 2017; Lopes, 2019). Essas trocas acadêmicas evidenciam que o estudo de África em Portugal não ocorre isoladamente, mas se insere em fluxos globais de produção de conhecimento, nos quais experiências locais e regionais dialogam com debates internacionais sobre desenvolvimento, migração, identidade e políticas culturais.

Além das trocas acadêmicas diretas com os PALOP e instituições europeias, os estudos africanos em Portugal são fortalecidos por conferências internacionais, plataformas digitais e redes de pesquisa que promovem colaboração interdisciplinar e circulação global de conhecimento. Conferências organizadas pelo ICS Lisboa, ISCTE e outras universidades portuguesas reúnem investigadores de diferentes países para discutir temas como migração, diáspora, identidade cultural e políticas linguísticas, permitindo o compartilhamento de metodologias inovadoras e resultados de investigação (Santos & Meneses, 2010; Lopes, 2019). Esses encontros internacionais atuam como catalisadores de redes colaborativas, criando oportunidades para projetos conjuntos e publicações colaborativas.

As plataformas digitais e periódicos eletrônicos, como os *Cadernos de Estudos Africanos* (CEI-ISCTE), têm ampliado a visibilidade das pesquisas portuguesas e facilitado a participação de investigadores africanos e europeus. A publicação online de artigos, dados e recursos permite acesso imediato a informações especializadas, contribuindo para a construção de conhecimento compartilhado e a inclusão de perspectivas africanas sub-representadas (*Cadernos de Estudos Africanos*, 2017; Garcia, 2017). Além disso, redes de pesquisa transnacionais, como aquelas financiadas pela União Europeia ou por programas da CPLP, articulam projetos multicêntricos que conectam instituições acadêmicas em múltiplos países, promovendo análise comparativa e integração de dados etnográficos, históricos e sociopolíticos.

A cooperação científica também se manifesta na publicação transnacional de livros, capítulos e artigos em periódicos de alto impacto, muitas vezes envolvendo equipes mistas de investigadores portugueses e africanos. Esses esforços permitem que os resultados de pesquisa tenham relevância global, contribuindo para debates internacionais sobre colonialismo, pós-colonialismo, desenvolvimento e interculturalidade (Lopes, 2019; Garcia, 2017). A integração em redes transnacionais não apenas fortalece a produção acadêmica em Portugal, mas também garante que o país permaneça como um ponto de referência nos *African Studies* contemporâneos, consolidando conexões duradouras e sustentáveis entre comunidades científicas de diferentes regiões do mundo.

6. Relações Internacionais dos Países Africanos de Língua Portuguesa

O estudo das relações internacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) representa um campo emergente e relevante dentro dos *African Studies* desenvolvidos em Portugal. Historicamente, o interesse acadêmico português sobre essas relações está intimamente ligado à compreensão do legado colonial, à análise das dinâmicas de independência e à avaliação das interações contemporâneas entre Portugal e os Estados lusófonos africanos. A pesquisa sobre os PALOP nas relações internacionais não se concentra na defesa de posições políticas ou diplomáticas, mas sim na produção de conhecimento crítico que permita compreender processos históricos, estruturas institucionais e padrões de cooperação multilateral. Este

enfoque acadêmico possibilita examinar como as interações bilaterais e multilaterais se estruturam, considerando as continuidades e rupturas herdadas do período colonial, e destacando o papel de Portugal como ponto de mediação entre as nações lusófonas e o contexto internacional mais amplo (Horta, 2015; Santos & Meneses, 2010).

Desde o período pós-independência, Portugal manteve relações diplomáticas formais com todos os PALOP, incluindo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Estudos portugueses destacam que essas relações foram moldadas por múltiplos fatores, incluindo interesses econômicos, laços culturais e heranças coloniais. Investigadores como José da Silva Horta analisaram criticamente as políticas externas portuguesas e africanas, destacando que a diplomacia pós-colonial não pode ser entendida de forma isolada das estruturas sociais e políticas internas dos países envolvidos. A atuação portuguesa tem sido marcada por uma combinação de cooperação econômica, assistência cultural, programas de intercâmbio e apoio a projetos de desenvolvimento, sempre em diálogo com as prioridades e desafios específicos de cada Estado africano (Horta, 2015).

O papel da CPLP é central na análise das interações multilaterais entre os PALOP. Esta organização oferece um espaço institucional para a coordenação de políticas, promoção de mobilidade acadêmica, intercâmbio cultural e desenvolvimento de projetos conjuntos, consolidando redes colaborativas entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa. Além da CPLP, os PALOP participam ativamente de fóruns internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a União Africana e a União Europeia, utilizando essas plataformas para reforçar sua presença global, negociar acordos multilaterais e coordenar políticas em áreas como segurança, desenvolvimento econômico e governança (Associação Portuguesa de Ciência Política [APCP], s.d.; Santos & Meneses, 2010).

Investigadores portugueses enfatizam que a participação dos PALOP em organizações multilaterais permite tanto a integração em redes internacionais de pesquisa quanto o fortalecimento da produção científica. Projetos financiados pela União Europeia, programas de intercâmbio e colaborações com centros africanos

têm sido fundamentais para a coleta de dados empíricos, o acesso a arquivos especializados e a elaboração de análises comparativas. A pesquisa acadêmica sobre diplomacia multilateral considera não apenas as relações bilaterais entre Portugal e os PALOP, mas também as estratégias de inserção desses países em arenas globais, destacando a complexidade das negociações internacionais e a diversidade de interesses econômicos, políticos e culturais em jogo (Vale de Almeida, 2004).

A literatura contemporânea evidencia ainda uma forte interdisciplinaridade na abordagem das relações internacionais dos PALOP. Pesquisas recentes abordam temas como cooperação econômica, políticas de segurança, migração, circulação laboral, integração regional e mediação cultural. Os estudos combinam análises históricas, políticas e sociais, articulando dados etnográficos, arquivos coloniais, documentos oficiais e estatísticas contemporâneas. Este enfoque permite compreender como legados coloniais, estruturas institucionais e redes transnacionais influenciam a formulação de políticas e a dinâmica das relações internacionais, oferecendo uma visão crítica e contextualizada sobre os PALOP (Garcia, 2017; Lopes, 2019).

Conferências internacionais, plataformas digitais e periódicos especializados, como os *Cadernos de Estudos Africanos*, têm desempenhado papel essencial na circulação de conhecimento e na construção de redes acadêmicas. Estas iniciativas permitem que investigadores portugueses e africanos troquem experiências, compartilhem metodologias e discutam resultados de pesquisa, consolidando Portugal como um centro de referência para o estudo das relações internacionais dos PALOP e promovendo a formação de novas gerações de académicos com capacidade crítica e interdisciplinar (Santos & Meneses, 2010).

A abordagem contemporânea também inclui a análise de questões emergentes, como o impacto da migração internacional, a mobilidade de trabalhadores e estudantes, as políticas de segurança regional e as estratégias de desenvolvimento sustentável. Investigadores portugueses investigam como os PALOP equilibram interesses nacionais e regionais, participam de instituições multilaterais e articulam políticas externas em um contexto global em constante transformação. Estes

estudos revelam que o conhecimento sobre as relações internacionais dos PALOP é intrinsecamente ligado à análise das estruturas de poder, à memória histórica e à circulação transnacional de informações, ideias e recursos (Alexandre, 2017).

Em síntese, os estudos portugueses sobre as relações internacionais dos PALOP combinam rigor histórico, análise crítica e abordagem interdisciplinar, destacando tanto a dimensão bilateral quanto a multilateral das interações lusófonas africanas. A pesquisa evidencia a importância de redes académicas, publicações especializadas e plataformas de cooperação, consolidando Portugal como um elo central no estudo dos PALOP. A produção de conhecimento é marcada por métodos diversificados, englobando análise documental, etnografia e comparações internacionais, permitindo compreender a complexidade das relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa. Este corpo de estudos contribui para a formação de novos investigadores, fortalece a presença portuguesa nas redes globais de *African Studies* e garante que as análises permaneçam atualizadas, críticas e contextualizadas diante das mudanças globais e regionais.

Conclusão

O campo dos estudos africanos em Portugal apresenta-se hoje como um território consolidado e interdisciplinar, articulando tradições históricas, análises antropológicas, ciência política, estudos culturais e linguísticos. Ao longo das últimas décadas, a investigação portuguesa sobre África tem evidenciado uma evolução significativa, passando de enfoques predominantemente históricos e coloniais para abordagens contemporâneas que integram reflexões pós-coloniais, análises de políticas públicas, diáspora, identidades culturais e relações internacionais. Este desenvolvimento reflete a capacidade das instituições académicas portuguesas, tais como o ICS Lisboa, o ISCTE e universidades com programas dedicados aos *African Studies*, de sustentar redes de investigação robustas e de formar investigadores capazes de dialogar com múltiplos contextos africanos e internacionais (Santos & Meneses, 2010; Lopes, 2019).

A produção académica portuguesa destaca-se pela valorização da língua portuguesa como eixo de comunicação, análise e interpretação, permitindo não apenas o acesso a fontes documentais e orais, mas também a construção de pontes epistemológicas

entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa (PALOP). Nesse contexto, a investigação sobre relações internacionais dos PALOP constitui uma dimensão relevante, estudando-se a diplomacia histórica, os impactos do colonialismo e das transições pós-independência, bem como a participação destas nações em organizações multilaterais como a CPLP, a União Europeia, a União Africana e as Nações Unidas. Investigadores como José da Silva Horta contribuíram significativamente para compreender os padrões históricos de interações políticas e diplomáticas entre Portugal e os PALOP, explorando as continuidades e transformações nas estruturas de poder e cooperação (Horta, 2015).

As redes de colaboração académica e os projetos transnacionais têm ampliado a circulação de conhecimento, consolidando Portugal como nó de referência no estudo das sociedades africanas e das relações internacionais lusófonas. Conferências, plataformas digitais, periódicos especializados e iniciativas colaborativas promovem a troca de dados, metodologias e perspectivas teóricas, permitindo análises integradas que combinam história, sociologia, ciência política e estudos culturais. Estes instrumentos tornam possível compreender não apenas os processos políticos e diplomáticos, mas também as dimensões económicas, culturais e sociais que estruturam a cooperação e a interação entre os PALOP e Portugal (Garcia, 2017; Lopes, 2019).

A reflexão pós-colonial e a interdisciplinaridade permanecem centrais, orientando a pesquisa para uma análise crítica das assimetrias de poder e da construção do conhecimento. Os estudos contemporâneos sobre migração, segurança, políticas económicas e culturais, assim como sobre diáspora e mobilidade, destacam a complexidade das relações internacionais entre os PALOP e Portugal, sem assumir posições políticas, mas oferecendo ferramentas analíticas para interpretar processos globais, regionais e locais. A consolidação de periódicos como os *Cadernos de Estudos Africanos* e de redes internacionais de investigação evidencia a importância da produção académica portuguesa para o debate global sobre África e os países lusófonos (Cadernos de Estudos Africanos, 2017; Santos & Meneses, 2010).

Em síntese, o estudo africano em Portugal mantém um equilíbrio entre tradição e inovação, entre análise histórica e abordagens contemporâneas, enquanto integra a

dimensão internacional das relações entre Portugal e os PALOP. A presença de instituições robustas, investigadores representativos, redes de colaboração e produção de conhecimento crítico assegura que o campo continue a evoluir, formando novos especialistas e consolidando Portugal como referência em *African Studies* e na investigação sobre as interações internacionais dos países africanos de língua portuguesa.

Referências

- Aboim, S., & Vasconcelos, P. (2014). Displacement and Subalternity: Masculinities, Racialisation and the Feminisation of the Other. In *All Equally Real: Femininities and Masculinities Today* (pp. 267-277). Brill.
- Alexandre, V. (2017). *Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945–1975)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Almeida, M. V. D. (2004). An Earth-colored Sea: 'race', Culture and the Politics of Identity in the Post-colonial Portuguese-speaking World.
- Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP). (s.d.). Secção de Estudos Africanos. <https://www.apcp.pt/pt/seccoes/seccao-de-estudos-africanos>
- Bamba, M. (2008). O (s) cinema (s) africano (s): no singular e no plural. *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas, SP: Papyrus, 215-231.
- Bernardino, L. M. B. (2013). *A posição de Angola na arquitetura de paz e segurança africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Almedina.
- Bernardino, L. M. B., & Rizzi, K. R. (Coords.). (2023). *25 anos de cooperação de defesa na CPLP*. Lisboa: Mercado de Letras Editores.
- Bethencourt, F. (2018). *Racismos: das cruzadas ao século XX*. Editora Companhia das Letras.
- Birmingham, D. (1999). *Portugal and Africa* (p. 203). Athens: Ohio University Press.
- Cadernos de Estudos Africanos. (2001). *Cadernos de Estudos Africanos*. CEI-ISCTE. <https://journals.openedition.org/cea/1581>
- Cadernos de Estudos Africanos. (2017). *Cadernos de Estudos Africanos*, 34. CEI-ISCTE. <https://journals.openedition.org/cea/2261>
- Cardoso, C. (1996). Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. *Koudawo, Fafali*.
- Carling, J. (2002). Migration in the age of involuntary immobility. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1), 5–42. <https://doi.org/10.1080/13691830120103912>

- Castel-Branco, C. N. (2014). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE. <https://www.iese.ac.mz>
- Castelo, C. (1999). *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Edições Afrontamento.
- Chabal, P. (2002). *A history of postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst.
- Chabal, P., & Daloz, J.-P. (1999). *Africa works: Disorder as political instrument*. Oxford: James Currey.
- Curto, J. C., & Lovejoy, P. E. (2004). *Enslaving connections: Changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. Amherst: Humanity Books.
- De Oliveira, R. S. (2015). *Magnificent and beggar land: Angola since the civil war*. Oxford University Press.
- de Sousa Santos, B. (2015). *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. Routledge.
- Direito, B. (2015). African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought.
- Firmino, G. (2006). A “*questão linguística*” na África pós-colonial: O caso do português e das línguas africanas. Maputo: Promédia.
- Forrest, J. (2003). *Lineages of state fragility: Rural civil society in Guinea-Bissau*. Athens: Ohio University Press.
- Hall, S. (1996). Who needs identity? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of cultural identity* (pp. 1–17). London: Sage.
- Henriques, I. C. (2019). As histórias da história de África: entrevistas e reflexões sobre historiografia africana em Portugal. *Práticas da História*, (8), 221–257. <https://doi.org/10.48487/pdh.2019.n8.22419>
- Horta, J. da S. (2011). *A Guiné do Cabo Verde: Produção textual e representações (1578–1684)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Horta, J. da S. (1991). “A representação do Africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453–1508).” *Oceanos*, 49, 128–145.
- ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa. (s.d.). *Mestrado em Estudos Africanos*. ISCTE. <https://www.iscte-iul.pt/cursos/curso/014>
- Leite, P. P., & Fantasia, A. (2013). Cartografias dos estudos africanos. *Revista de Práticas de Museologia Informal*.
- Lopes, C. (2012). Economic growth and inequality: The new post-Washington consensus. *RCCS Annual Review. A selection from the Portuguese journal Revista Crítica de Ciências Sociais*, (4).
- Lopes, C. (2019). *Africa in transformation: Economic development in the age of doubt*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.

- Machado, F. L. (2002). *Contrastes e continuidades: Migração, etnicidade e integração dos africanos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- MacQueen, N. (1997). The decolonization of Portuguese Africa: metropolitan revolution and the dissolution of empire.
- Meneses, M. P. (2013). Para ampliar as Epistemologias do Sul: verbalizando sabores e revelando lutas. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, (12), 13-27. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1948>
- Messiant, C. (2006). *L'Angola postcolonial: Sociologie politique d'une oléocratie*. Paris: Karthala.
- Mosca, J., & Oppenheimer, J. (2005). Economia de Moçambique: século XX. (*No Title*).
- Newitt, M. (1995). *A history of Mozambique*. Indiana University Press.
- Pélissier, R. (1986). *História das campanhas de Angola*. Editorial Estampa.
- Piçarra, M. C. (2015). *Azuis Ultramarinos: propaganda colonial e cinema no Estado Novo*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, B. D. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos estudos CEBRAP*, 23-52. <https://bit.ly/4tT9q16>
- Santos, B. D. S. (2014). Epistemologias do Sul: justiça contra o epistemicídio. *Boulder: Editores Paradigm*.
- Santos, B. D. S., & Meneses, M. P. (2010). Epistemologias do sul. In *Epistemologias do sul* (pp. 637). Cortez Editora.
- Seibert, G. (2006). *Comrades, clients and cousins: Colonialism, socialism and democratization in São Tomé e Príncipe*. Leiden: Brill.
- Thomaz, O. (2002). Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império colonial português. *Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro*.